

Claro-escuro

CHEGOU O MOMENTO DE DECIDIR COMO RESTRINGIR A DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Com a perspectiva cada vez mais provável de ter de lidar com um quadro de excesso de demanda de energia, o setor elétrico vai entrando em clima de vigésima-quinta hora. Como é preciso definir urgentemente as medidas que terão de ser adotadas, o governo anunciou que até o final da próxima semana deverá ter um plano de ação delineado.

Algumas das medidas que vêm sendo consideradas visam ampliar tanto quanto possível, em prazo relativamente curto, a limitada capacidade de oferta do sistema. Aventa-se a possibilidade de acelerar programas de construção e ampliação de usinas, já em fase de conclusão, e de antecipar a entrada em operação de linhas de transmissão que possam contribuir para aumentar a disponibilidade de energia em regiões onde a escassez é mais aguda. Menciona-se também a possibilidade de elevar a importação de eletricidade de países vizinhos, especialmente da Argentina e do Paraguai. Mas, por maior que seja o sucesso deste esforço de ampliação de oferta, é bem provável que o País ainda tenha de enfrentar um quadro de excesso de demanda de energia nos próximos meses, a menos que chuvas torrenciais em abril permitam uma recuperação inusitada dos níveis dos principais reservatórios do sistema hidroelétrico.

Vai-se tornando inevitável, portanto, a adoção de medidas que de alguma forma restrinjam a demanda de energia à oferta que estará disponível. E a grande questão é como a demanda poderá ser contida na proporção requerida. Em artigo publicado há duas semanas, neste mesmo espaço, defendi a idéia de que o pesadelo da imposição de um amplo racionamento quantitativo, com cortes compulsórios no suprimento de eletricidade, como vem sendo aventado, pode e deve ser evitado. Basta que a contenção requerida na demanda de energia seja obtida via preço. Ou seja, por meio de uma elevação bem concebida de tarifas de eletricidade. Contudo, a se julgar pelas notícias que têm aflorado na imprensa, o governo continua dando menos atenção do que deveria à possibilidade de lidar com o quadro de excesso de demanda pelo lado da política tarifária.

Não há nada de errado com o pressuposto básico que vem orientando boa parte das medidas de contenção de demanda que vêm sendo ventiladas. Há, de fato, enorme espaço para racionalização do uso da eletricidade no País. Mas a dúvida é se tais medidas serão suficientes para induzir, em poucos meses, redução do consumo de energia na extensão que se faz necessária. É mais do que louvável que o governo tenha decidido dar o exemplo, determinando que todos os órgãos públicos da esfera federal se mobilizem para reduzir em 10% a eletricidade que consomem. E é certamente oportuno que se deflagre uma vigorosa campanha em favor de utilização mais responsável da energia disponível no País. Mas é certamente ingênuo esperar que, a curto prazo, medidas pontuais e simples apelos do governo, por mais contundentes que venham a ser, sejam capazes de conter a demanda de energia na proporção que provavelmente será necessária.

A demanda de eletricidade é a resultante de milhões de decisões individuais, envolvendo consumidores residenciais, industriais e comerciais. Se a energia tornou-se mais escassa, é

preciso que isto se reflita nos preços com base nos quais estas decisões são tomadas. Sem sinais de preço corretos não há como esperar que consumidores demonstrem o empenho necessário para poupar energia.

E o pior é que, na discussão das últimas semanas, afloraram evidências de que prospera, entre as várias classes de consumidores de energia, a esperança de que as inconveniências da contenção de demanda possam recair sobre outras cabeças. Parte da indústria ainda parece trabalhar com a premissa de que, caso se torne inevitável, o racionamento deverá ficar restrito ao consumo residencial. Já em Minas Gerais, o governador determinou à empresa de energia elétrica do estado que consumidores residenciais sejam preservados das medidas de restrição de consumo.

Os custos da contenção de demanda de energia serão tanto menores quanto mais amplo o conjunto de consumidores efetivamente mobilizados com a racionalização do uso de eletricidade. É por isto que é fundamental que tanto consumidores residenciais, como consumidores industriais e comerciais sejam devidamente expostos aos estímulos de uma elevação bem focada de tarifas. Apenas consumidores de baixa renda deveriam ser preservados do aumento tarifário, tendo em vista tanto considerações de equidade como a necessidade de atenuar o impacto direto do aumento de tarifas sobre os índices de preços ao consumidor.

Não faz sentido apelar para um elevação generalizada de tarifas. O que é preciso é apenas encarecer brutalmente a energia na margem. É este o sinal correto que deve ser passado aos consumidores. Para tornar ainda mais claro o entendimento da natureza da elevação tarifária que se faz necessária, talvez seja útil recorrer a um exemplo numérico. Caso o excesso de demanda a ser enfrentado seja da ordem de 5%, pode-se pensar em impor a cada consumidor residencial uma sobretaxa de 300%, cobrada pelo governo, sobre toda a energia que superar 90% do consumo observado no mesmo mês do ano anterior. Naturalmente quem conseguisse reduzir o consumo em 10% não teria razão para se preocupar com a sobretaxa. Por outro lado, não ajustar em nada o consumo e simplesmente voltar a demandar tanta energia quanto a consumida no ano passado implicaria aumento de cerca de 30% na conta de eletricidade, quando se toma como referência a tarifação da Light no Rio de Janeiro. Vista de outra forma, esta mesma conta envolveria despesa cerca de 45% mais alta do que teria sido possível se o consumidor tivesse reduzido o consumo em 10%. Mesmo que se adotem hipóteses bastante pessimistas para a sensibilidade da demanda ao preço marginal, o estímulo parece mais do que suficiente para, em média, induzir uma contenção da ordem de 5% na demanda dos consumidores afetados.

Quanto mais cedo for imposta a sobretaxa melhor. É bom que cada consumidor tenha tempo para experimentar e constatar as reais conseqüências de suas decisões sobre o valor da conta de energia elétrica. Não há melhor maneira de se obter uma contenção ordenada de consumo até que a capacidade de oferta possa ser devidamente expandida.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.